

# **A POLÍTICA DE EDUCAÇÃO E A DIVISÃO DE ATENDIMENTO EDUCACIONAL:**

A atuação do Assistente Social, na divisão de atendimento educacional multiprofissional, da Secretaria de Educação do Município de Paço do Lumiar - MA<sup>1</sup>.

Juliana Martins Rodrigues Campos\*

Vanessa Cristina Ferreira Silva\*

## **INSTITUTO DE ENSINO SUPERIOR FRANCISCANO/IESF**

---

### **Resumo**

A política educacional no Brasil tem sido desenvolvida e possuem na Constituição Federal de 1988 e outros dispositivos legais, a base para ser democrática e garantida, sem distinção de raça, cor, condições econômicas dentre outros fatores. Porém, diante do contexto econômico, social dentre outros, que refletem vários problemas na sociedade, o contexto educacional no país tem registrado diversos entraves que necessitam da ajuda de diferentes profissionais. Desse modo, na divisão de atendimento educacional multiprofissional da secretária de educação do município de Paço do Lumiar, o assistente tem prestado um serviço de grande relevância para a comunidade escolar, no atendimento domiciliar, com palestras, tanto individualmente quanto em equipe. Para a construção deste trabalho, a pesquisa estrutura-se primeira com revisão bibliográfica e posteriormente, com estudo de caso. Quanto ao objetivo geral, constituiu-se em analisar a atuação do Assistente Social, na divisão de atendimento educacional multiprofissional, da Secretaria Município de Educação em Paço do Lumiar – MA.

**Palavras-chaves:** Educação; Secretaria Município de Educação em Paço do Lumiar; Assistente Social.

### **1 INTRODUÇÃO**

No Brasil, a política de educação tem sido desenvolvida ao logo de décadas bem como atualizadas, mediante a participação democrática em que a partir de movimentos de reivindicações, chegou-se ao panorama atual. Um grande destaque para o setor da educação no país é a Constituição Federal de 1988 que assegura educação a todos, indistintamente.

Além da Constituição Federal de 1988, tem-se a Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB, que legisla a regulamentação do sistema educacional do país, tanto do setor público quanto privado, constituindo-se verdadeiros instrumentos de grande relevância para o entendimento de todo o processo educacional no Brasil, além de outros dispositivos legais.

---

<sup>1</sup> Artigo Científico apresentado ao Curso de Serviço Social do Instituto de Ensino Superior Franciscano para obtenção do grau de bacharel em Serviço Social.

\*Graduandas do 8º período do Curso de Serviço Social do Instituto de Ensino Superior Franciscano.

Frente a esse contexto, têm-se a questão social que é bem visível e que reflete direta e indiretamente na vida da população e chega até os domínios do processo educacional. Desse modo, no âmbito educacional têm-se os diversos problemas que afligem não somente os alunos, mas também os pais, o corpo docente e toda comunidade escolar. Nessa perspectiva, é necessária a intervenção de diversos profissionais que podem atuar tanto individualmente quanto em equipes multiprofissionais a fim de minimizar ou resolver alguns problemas.

Justifica-se a pesquisa, uma vez o assistente social é um profissional que possui uma visão ampla e pode auxiliar em diversos momentos no âmbito escolar. A capacidade técnica e inovadora bem como o conhecimento acerca da questão social faz do assistente social um grande colaborador com competência para intervir nas relações em que envolvem contextos de exclusão, violência, discriminação, dentre outros entraves que ocorrem no processo educacional.

A presente pesquisa tem como objetivo propor uma reflexão acerca da atuação do Assistente Social na área educacional, pois sabemos que a educação é fundamental para o desenvolvimento da sociedade, que analisaremos a intervenção destes na divisão de Atendimento da Secretaria Municipal de Educação em Paço do Lumiar – Ma. A partir desse entendimento, parte-se do pressuposto de que os métodos científicos se estabelecem em um conjunto de procedimentos utilizados para atingir um objetivo, identificar o fenômeno, ampliar um conhecimento (OLIVEIRA, 2011), assertiva corroborada por Demo (2011), que diz ser a metodologia, uma responsabilidade instrumental.

O presente estudo constitui-se de pesquisa bibliográfica e de pesquisa de campo, sendo que na bibliográfica utilizou-se a literatura especializada de autores que abordam o tema em análise, baseando-se em publicações de sites, artigos, revistas e livros. Segundo Lakatos e Marconi (2003), a pesquisa bibliográfica abrange todo material tornado público em relação ao objeto estudado e tem como função colocar o pesquisador em contato com tudo que já foi estudado, dito, publicado ou filmado sobre o conteúdo pesquisado.

Quanto a sua abordagem, optou-se pela pesquisa qualitativa, pois tal abordagem propicia o aprofundamento do tema a ser trabalhado, seu contexto e demais vínculos, onde favorece o contato direto com os sujeitos envolvidos. Conforme diz Oliveira (2011), em tais estudos há sempre uma tentativa de capturar a perspectiva dos participantes, ou seja, examinam-se como os informantes

encaram as demandas que estão sendo destacadas. Nessa perspectiva, a pesquisa contou com informação verbal, a partir da contribuição da assistente social da Divisão de Atendimento Educacional Multiprofissional da Secretaria Municipal de Educação de Paço do Lumiar, Ma.

Para a coleta de dados foi utilizado como instrumento a realização de entrevista com um roteiro previamente elaborado (apêndice), com perguntas abertas e documental, ao final faz-se a análise do conteúdo como técnica de análise de dados. A entrevista foi realizada junto à equipe multiprofissional da Secretaria de Educação de Paço do Lumiar – Ma, tendo como o foco a Assistência Social.

No que tange a pesquisa de campo, realizamos um estudo de caso cujo objeto foi a Secretária de Educação de Paço do Lumiar, onde através de relatos da assistente social abordamos a questão dos alunos com dificuldade de aprendizagem e com problemas gerados no ambiente escolar. Dessa forma, analisou-se a atuação da Assistente Social dentro da equipe multiprofissional, onde foi utilizada a coleta de dados empíricos mediante entrevistas semiextensiva.

Andrade (2001) diz que a pesquisa de campo é assim denominada porque a coleta de dados é efetuada “em campo”, onde ocorrem espontaneamente os fenômenos, uma vez que não há interferência do pesquisador sobre eles. O método utilizado na pesquisa é o materialismo dialético, que segundo Netto (2011 p.42), diz que o materialismo é da ordem da realidade, do objeto, que é da ordem do pensamento (o conhecimento operado pelo sujeito): começa-se “pelo real e pelo concreto”, que aparecem como dados; pela análise, uns e outros elementos são abstraídos e, progressivamente, com avanço de análise, chega-se a conceitos, a abstrações que remetem a determinações as mais simples.

No materialismo histórico dialético nenhum fenômeno é visto como isolado, é preciso ser compreendido e explicado, pois será analisada a maneira como é interpretado à realidade histórica do homem, buscando entender o indivíduo na sua produção social a presente pesquisa está dividida em seis principais tópicos, dos quais, o primeiro conta da Introdução onde tem-se uma abordagem geral acerca do trabalho. No segundo, fala-se sobre a política de educação brasileira; o terceiro, tem-se uma abreve análise sobre o Serviço Social no Brasil e a atuação do assistente social na política de educação; no quarto, traz-se o histórico da divisão do atendimento educacional multiprofissional da secretaria municipal de educação de Paço do Lumiar; no quinto tópico tem-se as análises sobre a atuação do assistente

social na divisão de atendimento educacional multiprofissional da secretaria de educação de Paço do Lumiar; no sexto tópico tem-se as considerações finais da pesquisa.

## **2 POLÍTICA DE EDUCAÇÃO NO BRASIL**

A Política de Educação tem como direito estabelecido no Brasil através da Constituição Federal de 1988, assim como as leis que a legitimam como política social, especificando sua posição na sociedade, sem falar dos processos sócios históricos que na atualidade prejudicam esta política, atribuindo a ela novas formas e aspectos.

Nesse contexto, a educação é considerada um direito garantido por lei, e nem sempre é acessível para todas as categorias da sociedade civil. Verificam-se contradições e distorções com base no ingresso e permanência dos indivíduos no banco escolar.

Educação é uma das influências mais complexa e essencial da vida social, requer vários espaços: o próprio sujeito, a família, as organizações de cultura, a política, entre elas a “escola”, no fundamento abrangente que esse marco conclui. (MARTINS, 2012, p. 42).

Diante do exposto, a educação em conjunto constrói e converte vidas, no sentido de que a escola é um lugar fundamental, no qual estimula o aluno a habilidade de assimilar a vida.

Dessa forma, o ambiente escolar é atravessado por expressões diferenciadas social e culturalmente e também pelas mazelas provenientes do acirramento das sequelas da questão social, que tencionam as relações vivenciadas pela comunidade escolar, despreparadas para lidar com esse novo perfil de alunos /famílias. (MARTINS, 2012, p. 52).

A escola junto com a família trabalhará a realidade do aluno, ou seja, seus problemas, suas necessidades sociais, a comunidade na qual está inserido, articulando propostas de ações efetivas desde o resgate de integralidade e do significado histórico-social.

Vale ressaltar que a família é uma sociedade natural cuja formação é feita por indivíduos unidos por laço de sangue ou afinidade. Desse modo, os laços de

sangue derivam da descendência, enquanto que a afinidade é devido a entrada dos cônjuges bem como seus parentes, por agregação à entidade familiar dada pelo casamento (NOGUEIRA, 2008).

A Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1988) proclama que a educação pública brasileira tem como função não só proporcionar ao educando seu pleno desenvolvimento, mas também a função social de formar cidadãos. Por conseguinte, seu Artigo 205º especifica como dever da família, do Estado e também da sociedade civil, garantir ao educando seu integral desenvolvimento bem como sua qualificação para habilitação da sua cidadania.

Segundo a Constituição Federal de 1988, no que diz em seu artigo 206, caracteriza os princípios por que a educação pública brasileira deve ser alicerçada. Logo, tem-se em vista disso os princípios, conforme o interesse que cada um possui para efetivação da Política de Educação (BRASIL, 1998).

O princípio primeiro da Constituição Federal de 1988 está diretamente associado à questão da democratização do ensino universal. Uma vez que absorvemos, que para uma efetiva democratização do ensino, garantir a permanência do educando na escola se faz tão importante quanto garantir a igualdade de condições de acesso ao ensino. Para tal, é indispensável que existam oportunidades suficientes na rede pública de ensino, que abarque crianças e adolescentes em idade escolar (BRASIL, 1988).

O Plano Nacional de Educação de 2011/2020 traz como desafio o progresso de uma educação articulada, integrada e colaborativa. Cabendo a ela articular planos estaduais, municipais e do Distrito Federal, através de um exercício sintonizado que proporcione a otimização dos recursos, com a expansão do ingresso e da qualidade do ensino (BRASIL, 2011).

Logo, em 20 de dezembro de 1996 é aprovada a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Lei Nº 9.394. Vista por muitos autores e educadores um marco da educação no Brasil e vulgarmente conhecida por Lei Darcy Ribeiro (respeitável educador e político colaborador na elaboração desta lei), determinam diretrizes e bases para a educação formal. Podendo ver através dos princípios gerais da educação nacional, sua finalidade, os recursos financeiros aproveitáveis e o conceito de carreira dos profissionais de educação (FRAUCHES; FAGUNDES, 2007).

Nesse sentido, segundo a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, o Art. 1º afirma que a educação abrange os processos formativos que desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais (BRASIL, 1996).

A configuração do direito à educação, consegue ser representado, sobretudo em dois conceitos: a oportunidade de ingresso e a viabilidade de conservação na escola, mediante educação com nível de características igual para todos. O direito à educação oferece uma capacidade emancipadora do ponto de vista individual e igualitária visando o social, uma vez que a sua consolidação parte da hipótese que a escolarização é niveladora das desigualdades do egresso. Já a partir de 1917, a escolarização foi modificada em responsabilidade estatal e social pela maior parte dos países por meio de matrícula em textos constitucionais (SACRISTÁN, 2000, p. 61).

Portanto, não se deve misturar a realidade de escolas públicas com o direito à educação. O direito à educação presume o papel dinâmico e responsável do Estado tanto na caracterização de políticas públicas para a sua concretização, quanto na essencialidade de disponibilizar ensino com equivalentes capacidades para todos. Quando o Estado universaliza a oferta de escolas de ensino fundamental, tem o poder de responsabilizar os indivíduos e/ou seus pais pela frequência.

Contudo, o direito à educação, excepcionalmente dos demais direitos sociais, está rigorosamente vinculado à necessidade escolar. Isso em razão de, que os cidadãos podem ter livre escolha para fazer uso ou não dos demais direitos sociais, a educação é fundamental uma vez que se entende que as crianças não se deparam em condições de contratar se querem ou não recebê-la e de que forma (FREITAS; ENGLER, 2015).

Diante do desenvolvimento da população urbana e a industrialização do país desde a década de 1940, auxiliam para o prolongamento das pressões sociais por amplificação das possibilidades de escolarização. Entretanto, foi entre as décadas de 1970 e 1990 que aconteceu uma ampliação significativa na contagem de matrículas no momento fundamental de escolarização (FREITAS; ENGLER, 2015).

Todavia, diferentes tipos de exclusão tiveram o ponto central na técnica de escolarização nos anos entre 1970 e 1980: os inerentes processos internos da

escola, sua organização e funcionamento, que acompanhavam à elitização do ensino, não mais por ausência de vagas ou recursos de seleção, mas mediante a formação do fracasso escolar (reprovação, evasão) acerca de fator de diferenciação entre os credores e os não merecedores do alcance ao saber tradicionalmente produzido (SILVA, 2014).

Na década de 1990, podemos ver um método de expansão das possibilidades de escolarização, em que esses instrumentos internos de exclusão por parte da escola foram reduzidos, por políticas de sistematização do fluxo (ciclos, progressão continuada, aceleração da aprendizagem). Contudo, mas uma vez, “estratégias” de exclusão foram desenvolvidas pelo exercício de dentro das escolas: os alunos caminham todas as séries ou todos os ciclos do ensino fundamental sem se confiscar de um equipamento mínimo necessário para a integração social. Esses equipamentos internos de exclusão ilegítimos no meio das práticas educativas determinam ser superados para a ruptura da racionalidade política dos trabalhadores em educação, visto que a proteção da educação como direito não quer dizer que a preservação no campo das expressões sociais (SILVA, 2014).

O Grupo de Trabalho de Serviço Social na Educação, formulado pelo Conselho Regional de Serviço Social - CRESS, que está nos subsídios para as argumentações sobre o serviço social na política de educação, tem o intuito de discutir, sobre a inserção do assistente social nesta política. A participação ativa do grupo de profissionais que participam do GT ajuda na construção dos interesses em determinada área de atuação, depois de feitas essa deliberação chegou-se um consenso é enviado ao Conselho Federal de Serviço Social - CFESS e Conselho Regional de Serviço Social - CRESS para que seja deliberado e posto em prática. Cabe citar que além de Assistentes Sociais fazem parte desse grupo conselheiros/as e assessores/os técnicos/as (CFESS, 2011).

É indiscutível a vulnerabilidade social no contexto das famílias presentes na comunidade escolar. A comunidade escolar é exercida por responsáveis sociais, isto é, gestores, professores, assim como também crianças e adolescentes e suas famílias são desenvolvidas através das relações sociais.

### **3 SERVIÇO SOCIAL NO BRASIL E A ATUAÇÃO DO ASSISTENTE SOCIAL NA POLÍTICA DE EDUCAÇÃO**

O Serviço social desenvolveu-se na América Latina, inicialmente no Chile onde foi criada a escola Alejandro Del Rio, em 1925 foi à primeira escola de serviço social da América Latina, nessa época as ações eram voltadas para o assistencialismo, para a caridade, no qual foi marcada por um período de crise institucional e vários protestos.

O processo econômico que vivia o Chile foi marcado por um intenso desenvolvimento urbano-industrial, com sequelas de largas proporções, compondo um quadro de movimentos e protestos, com a finalidade de combater a difusão às ideias comunistas estimuladas pela revolução de outubro de 2017, atribuindo-lhes a responsabilidade pelos conflitos sociais (SILVA, 2014, p.115).

Devido à intensa crise que o país enfrentava o Estado era obrigado a assegurar melhorias para a classe operária na garantia de direitos sociais, nesse período a burguesia manifestou a favor das reivindicações populares e operárias obrigando o Estado a responder os problemas que eram dos proletariados.

Podem-se destacar importantes atividades desenvolvidas pela escola Elvira Matte de Cruchaga em 1935, no mês de Julho, acontecendo a V Conferência Internacional da União Católica Internacional de Serviço Social - UCISS, em Bruxelas, cujo tema era “O Desenvolvimento do Serviço Social no Chile”, em 1936 ocorreu em Londres a VI Conferência com o tema “A comunidade Rural no Chile no Serviço Social.” O trabalho social para os leigos se apoia numa base social em que os assistentes sociais oferecem suas experiências voltadas para a questão social como apoio dos interesses da igreja católica, do Estado e da burguesia (SILVA, 2014).

No Brasil em 1936, fundou-se a Escola de Serviço Social de São Paulo, onde predominava a ação católica e social, em decorrência da criação, alguns documentos foram de suma importância para sua criação, em 1931 a comemoração dos quarenta anos Rerum Novarum a encíclica Quadragésimo Anno e a encíclica de PIO XI. A Rerum Novarum trouxe a relação entre os operários e patronais, igreja e Estado, a Encíclica Quadragésimo Anno esse período foi marcada por fortes crises e a igreja desenvolvia métodos sob a orientação da Rerum Novarum. De acordo com Castro, a encíclica de PIO XI, tentou aportar uma visão orgânica e abrangente da ordem burguesa e centralizar a questão operária (CASTRO, 2010).

Em 1937, fundou-se a primeira escola de serviço social do Rio de Janeiro, o Instituto de Educação Familiar e Social, coordenadas por D. Ieme, Stella de Faro e Alceu Amoroso Lima, também sobre influência religiosa, onde a igreja lutava juntamente como Estado por interesses capitalistas, neste mesmo ano surge o Instituto de Educação Familiar e Social: a escola de serviço social e a escola de educação familiar, defendido pelo Grupo de Ação Social (GAS), que foi considerado como o marco para a criação do Instituto (NASCIMENTO, GAVIRAGHI, 2010).

O serviço social surge para dar suporte às classes mais pobres, só que era utilizado pelos ricos para controlar os trabalhadores e fazer com que eles se submetessem as suas exigências, porque o proletariado dependia de suas caridades, e nessa época a classe operária não sabia quais eram seus direitos nem como reivindicá-los (NASCIMENTO, GAVIRAGHI, 2010).

Martinelli (1989), elenca que o serviço social origina-se como profissão “tem a marca profunda do capitalismo e do conjunto de variáveis que a ele estão subjacentes-alienação, contradição, antagonismo, pois foi nesse cadual que ele foi engendrado e desenvolvido”. Frisa-se que o serviço social surge com o capitalismo, como forma de melhorar as condições de vida do povo, que era considerado alienado, pois eram enganados pela burguesia e pelo Estado, ou seja, sofriam influências e repressões em prol de alguns direitos, na verdade sua mão de obra era cada vez mais explorada chegando ao pauperismo, onde eram obrigados a vender sua força de trabalho e de forma intensa e degradante.

Segundo Silva (2014, apud IAMAMOTO, 2014), nesse período a igreja católica tinha bastante influência sobre a profissão dos assistentes sociais, pois suas ações eram destinadas para o assistencialismo, em conjunto com as senhoras burguesas, para o Estado cobrar somente a função de promover uma vida digna para a população nas áreas: saúde, habitação, previdência e a melhoria das condições de trabalho, sendo que era somente uma forma de silenciar o povo, no qual eram iludidos com a ajuda de que iam solucionar a crise que o País estava sofrendo.

Carvalho e Iamamoto discutem que o serviço social da iniciativa particular de grupos e frações de classe, que se manifestam principalmente por intermédio da igreja católica. Desse modo, a Igreja e o Estado estavam no controle das ações, mas foi com o surgimento da urbanização do processo de industrialização que fizeram surgir às lutas de classes, os proletariados começaram a se unir em grupos,

passando a lutar por melhores condições de vida, passando ao embate com a questão social (CARVALHO; IAMAMOTO, 2014).

Foi a partir do surgimento do capitalismo que começou a despertar no proletariado a lutar por melhores condições de vidas, e ter uma visão de que eram alienados, com a exploração da mão-de-obra, de forma que o Estado não se preocupava com as condições em que vivia a sociedade.

O serviço social surge com um dos mecanismos utilizados pelas classes dominantes como meio de exercícios de seu poder na sociedade, instrumento esse que deve modificar-se constantemente em função das características diferenciadas das lutas de classes e/ou das formas como são percebidas as sequelas derivadas do aprofundamento do capitalismo. (CARVALHO; IAMAMOTO, 2014, p.23).

Com o fortalecimento do capitalismo ficou mais evidentes a questão social, o proletariado passou a ser mais explorado tornando-se cada vez mais dominados. A partir do início da industrialização começaram a surgir às lutas de classes e as reivindicações por melhores condições de vida, mesmo com essas lutas a sociedade ainda era alienada pelo capital e o Estado iludia os proletariados com a ideia que ia superar a crise que passavam naquele tempo.

Quanto à questão social referente às particularidades do capitalismo na formação social no Brasil, Santos (2012), frisa que é necessário um esforço de pesquisa coletivo para identificação dessas particularidades. Dessa forma, na atualidade, a questão social inserida no debate do Serviço Social é um dos temas mais debatidos devido o consenso entre analistas de diversas posições políticas cujas expressões são diversas e amplas, principalmente nos últimos anos.

A educação é o pilar de toda sociedade, de modo que compreender e atender à todas as demandas do seu contexto, faz-se necessário um esforço multiprofissional no qual também insere-se o Serviço Social que desempenha um importante papel frente aos diversos entraves. A assistência social no âmbito da educação é aquela inserida no campo dos direitos, da expansão dos ingressos, das atuações pró-permanência de propriedade, e do compromisso estatal com a educação, fazendo em favor da socialização do ensino público, gratuito e de qualidade, provendo assim a igualdade de situações para viabilizar a entrada, a existência e finalização dos estudos destes alunos (ALVES, 2010).

Nos anos de 1930, a existência do assistente social na área da educação marca o início das demandas sócio histórico característico da profissão. No entanto, desde a década de 90, conforme o amadurecimento do projeto ético político profissional, que se idealiza, no Brasil, um admissível expansão da profissão na área da educacional (ALVES, 2010).

Pensar a relação do serviço social com a educação, tem se tornado uma tarefa cujos assistentes sociais, equipes e coletivos de diferentes profissionais em diversos campos das políticas sócias, grupos de pesquisas dentre outros tem se preocupado, em especial os que estão inseridos diretamente no campo de atuação da Política de Educação (CFESS, 2015).

O serviço social é um exercício profissional, que intervém no reflexo da força de trabalho e no método de duplicação tanto ideológica quanto sociopolítica dos indivíduos sociais. O assistente social, juntamente com outros profissionais dessa área de atuação, colabora para a formação do consentimento na coletividade. Os consentimentos são á volta de individualismo por parte das classes iniciadoras, isto é, dominantes e dominadas, aumentando a predominância atual, ou trazendo uma contra-hegemonia no contexto social (BARROCO, 2001).

É de grande importância elucidar que o Código de Ética Profissional do Assistente Social, [...] coesivo com sua justificação, esclareceu a exposição liberal ao afirmar a equidade e a democracia como valores ético-políticos. Essa democracia é abordada de com acordo com o modelo de administração política habilitado de oportunizar a superação dos problemas que a ordem conservadora exige ao exigir o amplo conhecimento da cidadania, dos direitos e atribuições pessoais e sociais e das vertentes à liberdade e à regulamentação social, havendo a visão marxista exposto no entendimento marxista progressista. (BARROCO, 2001, p. 203).

Além do mais, a dificuldade de comprometimento do assistente social com a capacidade profissional através do desenvolvimento intelectual incessante, e abrange ainda o empenho e a peculiaridade dos serviços disponibilizado aos indivíduos, apresentando como argumento a luta pela publicização dos fundos institucionais, objetivando a democratização e universalização desses, principalmente possibilitando a adequada atuação dos usuários nas demandas das instituições.

As competência do assistente social tendo por base a Lei de Regulamentação da Profissão, o Código de Ética Profissional e as Diretrizes Curriculares da Associação Brasileira de Escolas de Serviço Social - ABEPSS,

exigem competências gerais cujo fundamento está no contexto sócio histórico em que sua intervenção está situada, das quais destacam-se: apreensão de forma crítica acerca dos processos sociais tanto de produção quanto de reprodução das relações sociais em uma visão de totalidade; diagnóstico do movimento histórico da sociedade de maneira que possa aprender as particularidades do processo de desenvolvimento do sistema capitalista bem como as particularidades de cada região; entendimento do significado social da profissão assim como do desenvolvimento sociohistórico no panorama tanto interno quanto externo ao país, trazendo à tona as possibilidades de ações inseridas na realidade; identificação das demandas da sociedade, de maneira que seja possível a formulação de respostas para o enfrentamento da questão social, levando em consideração novas articulações entre o privado e o público (ABEPSS, 1996 apud CFESS, 2015).

O serviço social é um trabalho especializado, que implica na reprodução da força de trabalho e no processo de reprodução sociopolítica ou ideopolítica dos indivíduos sociais. O assistente social auxilia na formação de conformidade da sociedade. Essas conformidades são validas de interesses de classes fundantes, ou seja, dominantes e dominadas, aumento assim a hegemonia presente na vida da comunidade.

A política de educação, especialmente a educação básica, é uma área que compreende uma abrangência de necessidades de intervenção do assistente social, no sentido de permanecer em companhia com os outros sujeitos que atuam nessas organizações um trabalho coletivo conduzido à expansão e conquista dos direitos sociais e educacionais.

#### **4 HISTÓRICO DA DIVISÃO DE ATENDIMENTO EDUCACIONAL MULTIPROFISSIONAL (DAEM), DA SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO (SEMED), DE PAÇO DO LUMIAR.**

A Divisão de Atendimento Educacional Multiprofissional - DAEM da Secretaria Municipal de Educação de Paço do Lumiar (SEMED) foi instituída com base no ano de 2013 com a finalidade de exercer a prevenção e intervenção do fracasso, das adversidades escolares e dificuldades de comportamento dos alunos, educadores e demais incluídos no processo de ensino e aprendizagem do município.

A equipe de trabalho até então Divisão de Psicopedagogia e Psicologia, iniciou suas atividades composta por uma psicopedagoga e uma psicóloga do quadro efetivo, as quais inicialmente foram lotadas na equipe de Atendimento Educacional Especializado/Educação Especial, composta por psicopedagogos, instrutor de libras, entre outros profissionais.

Vale ressaltar que os esforços de criação da Divisão partiam do entendimento de que as demandas direcionadas aos profissionais da SEMED de Paço do Lumiar não se resumiam apenas aos alunos com deficiência, mas também de alunos com dificuldades de aprendizagem, quer seja relacionados a problemas cognitivos e sociais, transtornos psicológicos, quer seja aos problemas gerados pelo próprio ambiente escolar. Importa claro o que é dificuldade de aprendizagem:

Entendem-se todos aqueles entraves no processo de aprendizagem provocados não só por problemas cognitivos e/ou emocionais, mas também por situações geradas pela variável escola e pelos ambientes educacionais. Já distúrbios/transtornos de aprendizagem se refere mais a questões intrínsecas do aluno, como disfunções neurológicas (dislexia, discalculia, Transtorno do Déficit de Atenção e Hiperatividade - TDAH etc) (SANTOS; VASCONCELOS, 2010).

A partir de 2014 a equipe técnica passou a contar com mais 01 psicóloga e 01 assistente social, e em 2016 mais 02 psicopedagogas, totalizando: 03 psicopedagogas (Rosane Santos, Idália Prado, Allanne Leão), 02 psicólogas (Janaína Alexandre e Juliana Moreira Alves), 01 assistente social (Helenisa Fontenelle).

A não aprendizagem escolar é uma reclamação cada vez mais constante no âmbito educacional e deve ser observada por diferentes olhares. A Divisão de Atendimento Educacional Multiprofissional tem como público-alvo os alunos e demais comprometidos no processo ensino-aprendizagem, gerando acompanhamento: psicopedagógico; psicológico; social; e, pedagógico.

A Divisão tem como objetivo atuar na prevenção e intervenção do fracasso e das dificuldades escolares e de comportamento dos alunos, educadores e demais envolvidos no processo de ensino e aprendizagem do sistema Municipal de Educação de Paço do Lumiar. A DAEM realiza seus atendimentos a partir do encaminhamento das demandas pelas diversas escolas da rede de Ensino de Paço do Lumiar através de ofícios, os quais são recebidos pelo setor de protocolo da SEMED e direcionados para a equipe a partir das deliberações via gabinete. A

Divisão, no que lhe diz respeito, exerce a repartição das demandas dos ofícios de acordo com a atuação de cada profissional na equipe, ao longo de um contato telefônico junto à direção das escolas, para agendar os atendimentos.

A Divisão exerce um trabalho itinerante precisando se deslocar para todas as escolas do Sistema de Ensino, desenvolvendo atendimentos individualizados aos alunos, professores, pais, assim como palestras, capacitações, encaminhamentos para a Rede de Atendimento e Proteção, entre outros. Os serviços oferecidos pela divisão são: atendimento psicopedagógico institucional; atendimento psicológico escolar; atendimento social; encaminhamentos para a rede de atendimento e proteção; palestras; laboratório de pais; formação de professores;

Vale ressaltar que os atendimentos voltados aos alunos são sempre realizados com a presença e concordância dos pais, uma vez que os mesmos devem estar cientes da problemática apresentada pela escola referente ao aluno. Nos atendimentos realiza-se a escuta dos atores envolvidos no processo ensino-aprendizagem: pais, alunos, professores, coordenadores e gestores escolares, e se direciona orientações e encaminhamentos conforme cada caso. E as intervenções da referida divisão estão voltadas para tudo que gera as dificuldades de aprendizagem, sejam criadas pela escola ou professor, pelo ambiente familiar, ou por questões psicológicas e transtornos de aprendizagem.

## **5 A ATUAÇÃO DO ASSISTENTE SOCIAL NA DIVISÃO DE ATENDIMENTO EDUCACIONAL MULTIPROFISSIONAL DA SECRETÁRIA DE EDUCAÇÃO DE PAÇO DO LUMIAR.**

Para um melhor entendimento sobre a atuação do assistente social no âmbito desta pesquisa, vale lembrar que o trabalho do assistente social na política de educação tem foco a prestação de serviços e atendimentos socioassistenciais e socioeducativos aos alunos e suas famílias, pois exerce um importante papel na aprendizagem dos filhos, quer seja sob o ponto de vista da função protetiva quer seja pelo acompanhamento às rotinas escolares<sup>3</sup>.

De acordo com os documentos oficiais da divisão<sup>2</sup>, as demandas relacionadas à vulnerabilidade social dos alunos e suas famílias, nesse caso a intervenção é direcionada através da articulação entre as políticas de promoção e proteção social pra garantir o atendimento às necessidades básicas da família. Em circunstâncias de violações de direito (abandono, negligência familiar, violência física, psicológica ou sexual de crianças e adolescentes). Nesse caso o assistente social deve orientar a família e a escola, direcionando as violações para os órgãos da rede de proteção social do município como o Conselho Tutelar.

Segundo Pereira-Pereira (2006), sabe-se que a instituição familiar sempre fez parte integral dos arranjos de proteção social brasileiros. Isso à primeira vista, poderia não caracterizar um traço nacional. Desse modo, cabe ao profissional de serviço social compreender os diversos vínculos familiares e a estrutura de relações da família, seu acesso aos direitos, suas condições e recursos para que consigam realizar a proteção de seus membros.

Em situação de reiteração de faltas injustificadas e de evasão escolar do aluno, esgotados os recursos escolares: a assistente social deverá promover o acompanhamento e a orientação social da família com vistas à prevenção ou a mudança das situações apresentadas, com encaminhamento dos casos não solucionados ao Conselho Tutelar.

Frente aos diversos problemas no âmbito educacional, inclusive a evasão escolar como resultado das condições econômicas do aluno, a participação do assistente social deve juntar o seu saber às experiências que são expostas pelos próprios alunos assim como o conhecimento dos professores e outros profissionais que fazem parte de uma equipe multiprofissional, no sentido de avaliar e rever até mesmo a sua prática profissional (GONÇALVES, 2009).

Com relação às visitas familiares às escolas, a assistente social pontua que:

As escolas até tem tentado chamar as famílias para uma participação maior no sentido de colaborar com projetos, porém faz-se necessário que haja projetos na escola voltados para atrair as famílias para escolas, e não somente os alunos. Tal questão enfrenta vários entraves, sendo que muitas famílias vivem em pleno estado de vulnerabilidade social, e outras precisam

---

<sup>2</sup> Documento oficial cedido pela profissional da Divisão de Atendimento Educacional Multiprofissional (DAEM), a Assistente Social da Secretaria Municipal de Educação de Paço do Lumiar (SEMED).

trabalhar para o sustento, dificultando a participação na escola (INFORMAÇÃO VERBAL)<sup>3</sup>.

É preciso pensar a escola e a garantia voltada para as demandas do discente e todos os envolvidos no processo educacional, inclusive a família e comunidade. Dessa forma, vale ressaltar que todos enfrentam desafios, dos quais tornar a escola um instrumento que tenha possibilidade de interação social, sem limitar o processo educativo (ALMEIDA, 2011)

Quanto à participação do assistente social na equipe multiprofissional no oferecimento de atividades às famílias, a assistente social informou que o trabalho da equipe é limitado por falta das condições da instituição, pois existem muitas demandas impossibilitando a equipe de atender todas as escolas. Desse modo, percebe-se que tanto o acesso quanto a permanência dos alunos nas escolas é difícil. Nesse sentido, o trabalho do assistente social bem como a equipe multiprofissional poderia interferir no sentido de ajudar esses alunos.

Almeida (2011) esclarece que a inserção dos assistentes sociais no âmbito da educação constitui-se um desafio para a compreensão e acompanhamento teórico e político como as requisições postas se articulam às tendências que se revelam contraditórias da política de educação, principalmente no que tange às formas de acesso e permanência na educação escolarizada, uma vez que a realidade está cada vez mais interligada com o sistema capitalista.

Segundo a assistente social quando há identificação de processo de não aprendizagem, geralmente o principal motivo é decorrente do contexto econômico, isto é, a família não tem condições de oferecer alimentação adequada ao aluno, resultando na dificuldade para aprendizagem e na evasão escolar. Nessas situações, o serviço social entra em ação frente à vulnerabilidade social e pode se articular com o Centro de Referência de Assistência Social- CRAS e Centro de Referência Especializado de Assistência Social- CREAS, a fim de auxiliarem o aluno no processo educacional.

De acordo com a assistente social da SEMED, São efetuadas visitas domiciliares com o objetivo de ampliar o conhecimento acerca da realidade sócio familiar do (a) discente, possibilitando assisti-lo adequadamente, pois é uma prática

---

<sup>3</sup> Notícia fornecida pela assistente social da SEMED, em Paço do Lumiar, MA, em maio de 2018

profissional em que o assistente social vai analisar o indivíduo em seu próprio meio social e familiar.

É realizado formações e palestras com os alunos, pais, professores e demais envolvidos no Sistema de Educação: promover discussões e orientações no âmbito da prevenção da violência, o uso de drogas e o alcoolismo, bem como ao esclarecimento sobre as doenças infectocontagiosas e demais questões de saúde públicas, como outros temas transversais emergentes no cotidiano da escola (INFORMAÇÃO VERBAL)<sup>4</sup>.

Segundo Almeida (2000), hoje, o campo educacional consiste não apenas um campo de trabalho futuro, mas consiste em um componente concreto do seu trabalho. Desse modo, a área de educação é um espaço onde o assistente social pode atuar contribuindo com grande significância frente aos diversos contextos que recaem sobre o processo educacional do aluno e de sua família.

Em relação à articulação que é feita com a família, mediante agendamentos o assistente social vai ter o primeiro contato com os alunos que estão necessitando desse atendimento, onde a partir desse momento haverá as primeiras intervenções. Diagnosticado as problemáticas sociais, o aluno será encaminhado ao profissional especializado que vai orienta-lo no contexto em que está submetido. Desse modo, “a divisão vai elencar a maneira como será desenvolvida essas intervenções, buscando alternativas de soluções para o fortalecimento dos vínculos da família” (INFORMAÇÃO VERBAL)<sup>5</sup>.

Portanto, é de fundamental importância a atuação do assistente social na escola, pois ajuda a contribuir para soluções de questões sociais que muitas das vezes estes alunos encontram-se em situação de risco, e fazendo uma análise dos diversos transtornos que estão ocasionando problemas diversos.

## **6 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A educação consiste em um dos mais importantes pilares da sociedade e tendo o Estado o dever de garantir a todos conforme assegura a Constituição Federal de 1988. Nessa perspectiva, a educação precisa ser democrática, sem levar

---

<sup>4</sup> Notícia fornecida pela assistente social da SEMED, em Paço do Lumiar, MA, em maio de 2018.

<sup>5</sup> Notícia fornecida pela assistente social da SEMED, em Paço do Lumiar, MA, em maio de 2018.

em conta as diferenças sociais, econômicas, culturais dentre outras. Portanto, deve alcançar todos os cidadãos em todo o território nacional.

A abordagem sobre a educação na atualidade traz diversos significados frente aos diversos fatores que conjuntamente operacionalizam na sociedade. Assim, fatores como econômico, social dentre outros resultam em significado de exclusão e outras questões que precisam ser analisadas por diversos profissionais que possuem a capacidade de mensurá-las.

Nessa perspectiva, o serviço social vem ao longo de décadas contribuindo de maneira significativa na sociedade, em que as questões sociais são bem visíveis e imprimem na população, principalmente na menos favorecida, inúmeros contrastes relevantes, fazendo com que uma considerável parcela da população esteja sem o atendimento dos direitos básicos. Dessa forma, o serviço social vem atuando e no âmbito da educação, tem prestado um serviço extremamente valoroso, em especial frente às mazelas sociais.

No município de Paço do Lumiar, e mais especificamente na divisão de atendimento educacional multiprofissional da secretária de educação, os diversos problemas enfrentados pela equipe, inclusive pelo assistente social revela um panorama ímpar da nossa sociedade como reflexo de um contexto histórico em que sistema capitalista operante no país, faz com que as divisões e mazelas econômicas e sociais recaiam principalmente na população mais pobre.

O atendimento na Divisão de Atendimento Educacional Multiprofissional da secretária de educação ocorre de forma ordenada e dinâmica em que valoriza-se não somente o aluno como constituinte principal no do contexto educacional, mas também os pais, enfim, todos envolvidos no processo. Das atividades desenvolvidas, ressaltam-se as palestras e visitas familiares que compõem verdadeiras ferramentas de contribuição no atendimento aos alunos, familiares e corpo docente. Nesse sentido, quando diante de qualquer situação que precisa de atendimento especializado, o assistente social toma as providencias necessários para o encaminhamento tanto à especialistas, quanto ao Conselho Tutelar quando necessários. Desse modo, todas as intervenções específicas são implementadas de maneira que o assistente social é parte integrante do processo educacional.

## ABSTRACT

The educational policies in Brazil have been developed and have in the Federal Constitution of 1988 and other legal provisions, the basis to be democratic and guaranteed, without distinction of race, color, economic conditions among other factor. However, in view of the economic and social context, among others, which reflect various problems in society, the educational context in the country has registered several obstacles that require the help of different professionals. Thus, in the division of multiprofessional educational service of the secretary of education of the municipality of Paço do Lumiar, the assistant has provided a service of great relevance to the school community, in home care, with lectures, both individually and in teams. For the construction of this work, the research is structured first with a bibliographic review and later, with a case study. The general objective was to analyze the role of the Social Worker in the multiprofessional educational service division of the Municipality of Education Secretariat in Paço do Lumiar - MA.

**Keywords:** Education; Secretary Municipality of Education in Paço do Lumiar; Social Worker.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, N. L. T. de. Apontamentos sobre a política de educação no Brasil hoje e a inserção dos assistentes sociais hoje. In: CAMPOS, E. B. et al. **Subsídios para o debate sobre o serviço social na educação**. Conselho Federal de Serviço Social – Grupo de Trabalho de Educação. Brasília, 2011.

ALMEIDA, Ney Luiz Teixeira. O Serviço Social na educação. In: **Revista Inscrita**, nº 6. Brasília, 2000.

ALVES, Ilza Maria DA Silva. **Desafios e Possibilidades de Atuação do Assistente Social**: a área da educação como espaço sócio ocupacional. Disponível em: [http://cress-sc.org.br/img/noticias/0083\\_.html](http://cress-sc.org.br/img/noticias/0083_.html). Acesso em: 21.abr.2018.

BARROCO, Maria Lucia Silva. **Ética e Serviço Social**: fundamentos ontológicos. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2001

BRASIL. **República Federativa do Brasil**. Brasília, 1998.

BRASIL. **Lei Nº 9.394** de 20 de dezembro de 1996 Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, 1996.

BRASIL. **Plano Nacional de Educação 2011- 2020**: Metas e Estratégias. Secretaria Nacional de Educação.

CARVALHO, R.; IAMAMOTO, M. V. **Relações sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica**. São Paulo, 41 ed., Cortez, 2014.

CASTRO, Manuel Manrique. **História do serviço social na América Latina**. Trad., José Paulo Netto, Balkys Villalobos. São Paulo: Cortez. 2010.

CEFESS. **Subsídios para a Atuação de Assistentes Sociais na Política de Educação**. Conselho Federal de Serviço Social. 2015.

\_\_\_\_\_. Subsídios para Atuação de Assistentes Sociais na Política de Educação Grupo de Trabalho Serviço Social na Educação. CFESS-CRESS 2011. Disponível em [www.cfess.org.br](http://www.cfess.org.br). Acesso em: 21.abr.2018.

DEMO, Pedro. **Educar pela pesquisa**. 9. ed. revista. Campinas: Autores Associados, 2011.

FRAUCHES, Celso da Costa; FAGUNDES, Gustavo M. **LDB anotada e comentada e reflexões sobre a educação superior**. Brasília: ILAPE, 2007.

FREITAS, Tais Pereira de; ENGLER, Helen Barbosa Raiz. Desigualdade racial nos espaços escolares e o trabalho do assistente social. **Serv. Soc. Soc.**, São Paulo, n. 121, p. 32-47, jan./mar. 2015. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/sssoc/n121/0101-6628-sssoc-n121-0032.pdf>. Acesso em: 02.mai.2018.

GONÇALVES, A. B. **A prática cotidiana do assistente social na escola privada**. 2009. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Universidade Estadual de Londrina, Londrina, Paraná.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. São Paulo: Atlas, 2003.

MARTINELLI, Maria Lúcia. **Serviço Social: identidade e alienação**. 9 ed. São Paulo: Cortez, 2005.

MARTINS, E. B. C. O Serviço Social no âmbito da política educacional: dilemas e contribuições da profissão na perspectiva do projeto ético político. In: SILVA, M. M. J. (Org.). **Serviço Social na educação: teoria e prática**. Campinas: Papel Social, 2012.

NASCIMENTO, Sandro Ben Hur Gonçalves; GAVIRAGHI, Fabio Jardel. **O Surgimento das Escolas de Serviço Social na América Latina**. Disponível em: <http://seer.unipampa.edu.br/index.php/siepe/article/view/4350>. Acesso em: 23.abr.2018.

NOGUEIRA, Mariana Brasil. A Família: Conceito E Evolução Histórica E Sua Importância. **Revista BuscaLegis**. Universidade Federal de Santa Catarina. Disponível em: <http://www.buscalegis.ufsc.br/revistas/files/anexos/18496-18497-1-PB.pdf>. Acesso em: 04.jul.20108.

OLIVEIRA, Jorge Leite de. **Técnicas de redação e de pesquisa científica**. 7. Ed. Petrópolis: Vozes, 2011.

PEREIRA-PEREIRA, Potyara Amazoneida. Mudanças estruturais, política social e papel da família: crítica ao pluralismo de bem-estar. In: SALES, Mione Apolinário; MATOS, Maurílio Castro de; LEAL, Maria Cristina (Orgs.). **Política social, família e juventude: uma questão de direitos**. São Paulo: Cortez, 2006. p. 43-59.

SACRISTÁN, Jose Gimeno. A educação obrigatória: seu sentido educativo e social. Porto Alegre: ARTMED, 2000.

SANTOS, Josiane Soares. **Questão Social: particularidades no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2012.

SANTOS, Letícia de Faria; VASCONCELOS, Laércia Abreu. Transtorno do Déficit de Atenção e Hiperatividade em Crianças: Uma Revisão Interdisciplinar. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**. Out-Dez 2010, Vol. 26 n. 4, pp. 717-724. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ptp/v26n4/15.pdf>. Acesso em: 19.abr.2018.

SILVA, Severino Silvestre da. **A Escola e a Exclusão Social: Consequências do fracasso escolar nos percursos de vida de jovens e adultos pouco escolarizados dos meios populares da Zona da Mata de Pernambuco- Brasil**. Tese (Doutorado). Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias. 2014. Disponível em: <http://recil.grupolusofona.pt/jspui/bitstream/10437/5781/1/Tese%20Silvestre%20-%2007Outubro2014.pdf>. Acesso em: 25.abr.2018.

## APÊNDICE

## QUESTIONÁRIO

Data: \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_ às \_\_\_\_\_ h.

### 1. Dados de Identificação

Local: \_\_\_\_\_

Endereço: \_\_\_\_\_

Respondente: \_\_\_\_\_

Formação: \_\_\_\_\_ Cargo/função: \_\_\_\_\_

### 1- Articulação com as políticas públicas:

- a. Como se dá a relação das escolas com a secretária de Educação de Paço do Lumiar?
- b. Como acontece o processo interventivo do assistente social nas escolas?

### 2-Articulação com as famílias

- a. As famílias visitam os alunos nas escolas? Com que frequência?
- b. Que atividades a equipe multiprofissional e a direção escolar oferece para as famílias?
- c. Como se dá a participação das famílias dos educandos com a Instituição?